

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 16 de junho de 2025 às 07h52*  
*Seleção de Notícias*

## CNN Brasil Online | BR

Pirataria

Disney e Universal processam serviço de IA por violar direitos autorais .....	3
---	---

## Migalhas | BR

Direitos Autorais

MIGALHAS nº 6.120 .....	5
MIGALHAS	

Marco regulatório | INPI

Proteção de marca na internacionalização da sua empresa .....	12
---	----

## Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Pirataria

Mercado ilegal de cigarros no Nordeste brasileiro avança e abastece o crime organizado, aponta estudo Ipec .....	14
AUTOR   ()	

## Folha de S. Paulo | BR

14 de junho de 2025 | Direitos Autorais

Livro retrata a OpenAI e a indústria de IA como impérios coloniais que sugam dados, água e energia .....	15
MERCADO	

## Disney e Universal processam serviço de IA por violar direitos autorais



A Walt Disney e a Universal, da Comcast, abriram na quarta-feira (11) um processo contra a Midjourney por violação de **direitos** autorais, chamando o popular gerador de imagens com inteligência artificial de "poço sem fundo de plágio" pelo uso dos personagens mais conhecidos dos estúdios.

A ação, movida no tribunal distrital federal de Los Angeles, alega que a Midjourney pirateou os acervos das duas produtoras de Hollywood, criando e distribuindo, sem permissão, "inúmeras" cópias de personagens como Darth Vader, de "Star Wars", Elsa, de "Frozen", e os Minions, de "Meu Malvado Favorito".

Os porta-vozes da Midjourney não responderam de imediato a um pedido de comentário.

O vice-presidente executivo e diretor jurídico da Disney, Horacio Gutierrez, disse em um comunicado: "Acreditamos no potencial da tecnologia de IA e estamos otimistas quanto ao seu uso responsável como ferramenta para promover a criatividade humana, mas **pirataria** é **pirataria**, e o fato de ser feita por uma empresa de IA não a torna menos infratora".

A vice-presidente executiva e conselheira geral da NBCUniversal, Kim Harris, afirmou que a empresa está processando para "proteger o trabalho árduo de todos os artistas cujo trabalho nos diverte e inspira, e o investimento significativo que fazemos em nosso conteúdo".

abpi.empauta.com

Os estúdios alegam que a empresa de San Francisco ignorou seu pedido para parar de infringir seus **direitos** autorais ou, ao menos, implementar medidas tecnológicas para impedir a criação desses personagens gerados por IA.

Em vez disso, argumentam os estúdios, a Midjourney seguiu lançando novas versões de seu serviço de geração de imagens por IA, que exibem imagens infratoras de qualidade ainda maior.

A Midjourney recria imagens animadas a partir de uma solicitação escrita, ou prompt.

Na ação movida por sete entidades corporativas dos estúdios que possuem ou controlam os **direitos** autorais das várias unidades de filmes da Disney e da Universal Pictures, foram apresentados exemplos de animações da Midjourney com personagens da Disney, como o Yoda com um sabre de luz, Bart Simpson andando de skate, o Homem de Ferro, da Marvel, voando entre as nuvens e o Buzz Lightyear, da Pixar, levantando voo.

O gerador de imagens também recriou personagens da Universal, como o dragão de "Como Treinar o Seu Dragão", o ogro "Shrek" e Po de "Kung Fu Panda".

"Ao se apropriar das obras protegidas dos autores e depois distribuir imagens (e em breve vídeos) que claramente incorporam e copiam personagens famosos da Disney e da Universal -- sem investir um centavo em sua criação -- a Midjourney representa o típico oportunista de **direitos** autorais e um poço sem fundo de plágio", afirma o processo.

Continuação: Disney e Universal processam serviço de IA por violar direitos autorais

"A infração da Midjourney é deliberada e intencional", afirmou.

## MIGALHAS nº 6.120



Sexta-Feira, 13 de junho de 2025 - Migalhas nº 6.120.

Fechamento às 07h26.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Madison Compliance

()

"É sempre a mulher, a mãe, que é mais animosa e forte."

Joaquim Manuel de Macedo

Do luto à luta

Mãe do menino Miguel, morto aos 5 anos em 2020 após cair de um prédio enquanto estava sob os cuidados da ex-patroa, alcançou uma vitória marcada por dor e resiliência: recebeu nota máxima em seu TCC no curso de Direito. A monografia, sobre escravidão doméstica, é um grito por justiça, ecoando dor, luta e o legado de seu filho. "Cursar Direito nunca foi um sonho, foi uma necessidade." ()

Mais um para a conta

Ontem, no STF, ministro Alexandre de Moraes votou pela inconstitucionalidade parcial do art. 19 do marco civil da internet. Para o ministro, as plataformas digitais não podem ser tratadas como meras intermediárias tecnológicas, pois exercem papel ati-

vo na curadoria de conteúdo. O ministro propôs equiparar redes sociais aos meios de comunicação, com imposição de deveres de transparência, moderação e responsabilização por conteúdos impulsionados. ()

Sete contra o art. 19

Com o voto de Moraes (Xandão é só para os íntimos), o STF soma sete manifestações pela inconstitucionalidade parcial do art. 19 do marco civil da internet. A Corte se aproxima, assim, de determinar a responsabilização de plataformas digitais por conteúdo de usuários independentemente de desrespeito a ordem judicial de exclusão. Julgamento será retomado no próximo dia 25. ()

Telão da intolerância

Durante o julgamento, Alexandre de Moraes exibiu conteúdos de ódio, homofobia e racismo publicados nas redes sociais e defendeu responsabilização: "Isso não é liberdade de expressão, é crime!" ()

Mill para leigos

Para combater "liberalistas mal informados", Alexandre de Moraes evocou John Stuart Mill, apontando que o autor não apoiava a liberdade de expressão irrestrita. ()

Sobrou para São Pedro

Após Moraes esclarecer a teoria de Mill, Flávio Dino brincou: "Como há o risco de acharem que Mill era comunista, vou citar Pedro Apóstolo: 'não usem a liberdade como desculpa para fazer o mal'". Moraes respondeu que ninguém acusaria Pedro de comunista. Toffoli arrematou com bom humor: "Vou perguntar ao ChatGPT". ()

Virou moda?

Advogado que citou jurisprudência falsa, pos-

sivelmente criada por IA, é condenado por litigância de má-fé. ()

## Honorários no IDPJ

Corte Especial do STJ decidiu que é cabível a fixação de honorários advocatícios quando o pedido de desconsideração da personalidade jurídica for negado e houver alteração substancial do processo. ()

## Reforma da falência

Grupo de Trabalho do CNMP enviou ao ministério da Fazenda nota técnica com sugestões ao PL 3/24, que reforma a lei de recuperação e falências. Documento defende protagonismo do administrador judicial e preservação do atual regime de desconsideração da personalidade jurídica. ()

## Entendimentos sobre insolvência

Confira entendimentos recentes do STJ sobre recuperação judicial e falência. ()

## Contraditório violado

Desembargador suspendeu falência decretada sem oitiva das partes, por entender que houve violação ao contraditório e ausência de base legal. ()

\$\$\$

Governo editou a famigerada MP com aumento de tributos sobre investimentos e empresas e publicou decreto para suavizar alta do IOF. Medidas enfrentam resistência no Congresso. ()

## Cultivo medicinal de cannabis

1ª seção do STJ estendeu até 30/9 prazo para [Anvisa](#) e União regulamentarem cultivo medicinal de cannabis. Prorrogação se deu após apresentação de plano de ação com medidas em andamento. ()

## Futebol

STF suspende julgamento sobre atuação do MP em acordos com entidades esportivas. Corte analisa se o Ministério Público pode firmar TACs e intervir em questões ligadas à organização do esporte nacional. ()

## Fraude em apostas

MP/DF denunciou o atacante do Flamengo Bruno Henrique por suposta manipulação de aposta ao forçar cartão amarelo em jogo do Brasileirão de 2023, em benefício de parentes apostadores. ()

## Crédito inatingível

Justiça nega penhora de créditos em sites de apostas por falta de efetividade. ()

## Concurso

Ministro Zanin suspendeu concurso de cartórios por controvérsia sobre cotas raciais no critério de remoção, visando evitar efeitos jurídicos irreversíveis. ()

## Transfobia punida

Deputado Nikolas Ferreira foi condenado a indenizar a também deputada Duda Salabert por declarações transfóbicas. Ministra Maria Isabel Gallotti manteve decisão e considerou justa a indenização de R\$ 30 mil. ()

## Revitimização

Faxineira que atuava em empresa atacadista de alimentos será indenizada após ser vítima de ofensa sexual escrita por colega em banheiro masculino e obrigada pela chefia a limpar a frase. ()

## Aditivos em cigarros

STF retoma hoje julgamento sobre a competência da **Anvisa** para proibir cigarros com aditivos. ()

Ilegalidade

Proibição de ingredientes em cigarros e falta de equilíbrio regulatório podem abrir espaço ao mercado ilícito, dizem entidades. ()

Questão de saúde

ONG de promoção da saúde defende que aditivos em cigarros tornam produto mais atrativo e facilitam início no tabagismo. ()

Parceria entre Estados

São Paulo e Amazonas firmaram convênio para que o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo realize exames de DNA e perícias judiciais ao Estado nortista. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Servidora terá de devolver salários recebidos sem ter trabalhado. () Parte diz a oficial de Justiça que não conhece advogado e ação é extinta. () Advogado de Heleno pede a palavra e Moraes adverte: "hora do almoço está longe". () Médico que estuprou mulheres no parto é condenado a 30 anos de prisão. () Advogado satiriza decisão do STJ sobre gratuidade a desembargador. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

CPC na prática

Elias Marques de Medeiros Neto discute os negócios processuais no CPC/15, sua aplicação nas execuções fiscais e a crescente aceitação pelo Judiciário, com base em dados e julgados. ()

Jurisprudência do CPC

Mirna Cianci comenta o polêmico art. 1.015 do CPC, que ganhou contornos mais claros com a jurisprudência do STJ sobre o agravo de instrumento. ()

Migalhas de peso

- "Vedação do uso de aditivos de aroma e sabor em cigarros deve ter resolução final no STF", por Adriana Pereira de Carvalho, Eloísa Machado, Walter José Faiad de Moura e Diogo Rosenthal Coutinho. ()

- "**Direitos** autorais e inteligência artificial: Movimentos recentes dos EUA e da União Europeia", por Carlos E. Strasburg Jr. e Luiza Alves Balby Garcia (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "Cláusulas restritivas nos contratos: Estratégia de proteção para empresários", por Henry Benevides (Jacó Coelho Advogados). ()

- "A garantia do direito do contribuinte aos créditos tributários averiguados após requerimento de compensação", por Gustavo Pires Maia da Silva (Homero Costa Advogados). ()

- "Reforma do processo administrativo: O que mudará nos prazos e prescrições?", por Vinícius Soares Ribeiro (Lee, Brock, Camargo Advogados [L-BCA]). ()

- "Contencioso tributário e reforma: Oportunidade para um novo paradigma de cooperação e consensualidade", por Thais Folgosi Françoso (Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados). ()

- "Inteligência artificial e o trabalho", por Ana Flávia

Landim da Cunha Pereira (Cunha Pereira e Massara - Advogados Associados). ( )

- "Nova lei de concessões: Amadurecimento do sistema jurídico da infraestrutura como meio de atração de investimentos", por Luciana Campos Maciel da Cunha, Caio de Almeida Faria e Larissa Pereira Silveira (Bichara Advogados). ( )

- "Equidade racial em pauta: Por que o boletim 1 do MTE é leitura obrigatória para quem leva ESG a sério?", por Lucas de Oliveira Mendes (Robortella e Peres Advogados). ( )

- "Quando o entretenimento vira vitrine: Implicações jurídicas do live commerce nas plataformas de streaming", por Maíra Schweling Scala Pfaltzgraff (Matos Filho). ( )

- "A importância da proteção da marca para internacionalização de sua empresa", por Aline Dantas (Ronaldo Martins & Advogados). ( )

- "Fraude patrimonial e prova indiciária: Como a inteligência de dados fortalece pedidos de indisponibilidade de bens", por Hederson Albertini (Assertiva Soluções). ( )

- "Governança nas cooperativas: O que significa, afinal, cooperativar?", por Bia Kowalewski e Rodrigo Candia (Silveiro Advogados). ( )

- "Implicações da nova lei brasileira de seguros para o bill of lading e para a **arbitragem** no exterior: Em defesa da jurisdição nacional", por Paulo Henrique Cremoneze (Machado e Cremoneze - Advogados Associados). ( )

- "O contrato de namoro no Direito brasileiro", por Aline Martim da Silva (Gouvêa Franco Advogados). ( )

- "Tema 1.233/STJ: Abono de permanência deve integrar todas as verbas calculadas sobre a re-

muneração do servidor", por Lucas de Almeida (Cassel Ruzzarin Advogados). ( )

- "Julgamento pelo STF quanto à responsabilidade subsidiária do ente público, na perspectiva do ônus da prova", por Benizete Ramos de Medeiros (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT). ( )

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Madison Compliance

A Madison Compliance oferece soluções completas em compliance, LGPD e canal de denúncias, com foco na segurança jurídica e integridade. A plataforma multicanal garante confidencialidade e eficácia, e foi desenvolvida por Selma Carloto, referência nacional no tema. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Nova sócia

Rolim Goulart Cardoso Advogados anuncia Luana Falkenburger como sócia de Mercado de Capitais, Financiamento de Projetos e Infraestrutura. ( )

Baú migalheiro

Há 61 anos, em 13 de junho de 1964, foi criado no Brasil o SNI - Serviço Nacional de Informações, por meio da lei 4.341, com a função de coordenar, produzir e centralizar informações estratégicas para o



governo Federal durante o regime militar, tornando-se um dos principais órgãos de inteligência e vigilância do período. (Compartilhe)

Último dia!

Participe do sorteio da obra "Constituição Federal para profissionais do Direito", com supervisão geral de Jair Lot Vieira, oferecida pela Edipro. ()

Migalhíssimas

Osmar Paixão Côrtes, de Paixão Côrtes e Advogados Associados, ministrará a aula "Recorribilidade no STJ: Reclamação, ação rescisória, questão de ordem e embargos declaratórios no STJ", no curso "Construindo Precedentes: o Domínio dos recursos especiais", no dia 16/6, no Instituto ITER, em São Paulo. Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente: Prática em Direito do Consumidor", com o tema "Os Direitos do Consumidor na Prestação de Serviços Turísticos". Dia 16/6, às 10h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrj. () Paula Storto, de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, participa na próxima semana da audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o PL 234/24, sobre a lei de incentivo ao esporte. Paula integrará o painel "Financiamento e segurança jurídica na Lei de Incentivo ao Esporte: Visão dos incentivadores e especialistas", que acontece no dia 17/6, a partir das 10h, no Anexo II da Câmara dos Deputados. () Dia 24/6, às 10h, no plenarinho da OAB/RJ, Raul Murad, de Denis Borges Barbosa Advogados, palestrará no evento "Direito de Autor e Concorrência", promovido pela Comissão de **Direitos** Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB/RJ, em conjunto com a Comissão de Direito da Concorrência. Pedro Marcos Nunes Barbosa, também da banca, é presidente da CDADIE. () Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) realiza dia 1º/7, às 10h30, o webinar "Orgulho e Inclusão LGBTQIA+: O Papel das

Empresas Engajadas". () Dia 5/6, sócios de TozziniFreire Advogados, em parceria com a PwC Brasil, realizaram, em Porto Alegre, um debate sobre as implicações das novas regras no cenário contratual brasileiro. () No dia 9/6, Ana Caroline Carvalho Vital de Paula Pereira, de Bruno Durão Advocacia, recebeu a medalha de reconhecimento "Chiquinha Gonzaga", na Câmara Municipal do RJ, por ser a primeira mulher funcionária de um escritório de advocacia na Barra da Tijuca. Além da trajetória na área jurídica, Ana Caroline também desenvolve o projeto social "Mulheres de Impacto", que oferece apoio a mulheres vítimas de violência e feminicídio a se reintegrarem ao mercado de trabalho. () IEJA firmou parceria com o Instituto Global ESG para fortalecer a governança sustentável no Brasil, em encontro realizado em Brasília. Sóstenes Marchezine, vice-presidente do Instituto ESG e do escritório Arnone Advogados Associados, destacou a união como estratégica para consolidar marcos legais e práticas inovadoras. () Sérgio Antonio Merola Martins (Sérgio Merola Advogados) foi nomeado pelo Conselho Federal da OAB para integrar a Comissão Especial de Direito Administrativo, colegiado de âmbito nacional responsável por fomentar estudos, debates e propostas legislativas na área. Com atuação destacada na defesa de servidores em processos administrativos disciplinares, Sérgio Merola passa a colaborar com o grupo técnico que reúne advogados de todo o país para discutir os desafios e avanços do Direito Administrativo brasileiro.

Aula aberta

Participe do encontro online sobre "Jurisdição e Competência", da FGV Direito Rio, com o professor Leonardo Carneiro da Cunha. Um panorama prático da experiência do LL.M. em Direito Civil e Processual. ()

Debate

Participe do debate "Processo Empresarial e Tribunais Superiores", com palestras de Gisele Welsch,

Luiz Krassuski e Thiago Rodovalho, e mediação de Elias Marques de Medeiros Neto e Fernanda Pazello. Hoje, promovido pelo IASP. ()

Litigância predatória

No dia 7/8, das 18h30 às 21h, participe do evento da AATSP - Associação dos Advogados de São Paulo com especialistas debatendo os desafios e caminhos da regulamentação da litigância predatória no Brasil. ()

Menos controle manual, mais estratégia

O sistema jurídico Lysis elimina a bagunça dos prazos, documentos e planilhas. Com automação inteligente, você ganha tempo para o que realmente importa: advogar. ()

Bom fim de semana!

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum mitalheiro cadastrado:

MG/Prados

PB/Picuí

SP/Palmeira D'Oeste

TO/Miranorte

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Indian jet bound for U.K. crashes, killing over 250"

The Washington Post - EUA

"Israel Launches Attacks on Iran"

Le Monde - França

"Attaque massive d'Israël contre l'Iran"

Corriere della Sera - Itália

"India, schianto dopo il decollo: più di 290 vittime"

Le Figaro - França

"Face à l'impasse budgétaire, la tentation de l'impôt"

Clarín - Argentina

"La inflación, en el punto más bajo de los últimos 60 meses: 1,5% en mayo"

El País - Espanha

"La corrupción derriba a Cerdán y Sánchez pide perdón"

Público - Portugal

"Igreja troca 18 imóveis pouco rentáveis por cinco apartamentos por construir"

Die Welt - Alemanha

"Von der Realität in Europa komplett abgekoppelt"

The Guardian - Inglaterra

Continuação: MIGALHAS nº 6.120

"At least 260 die as plane on way to UK crashes in India"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Israel Ataca Irã, Destrói Alvos Nucleares e Prevê Retaliação"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Recuperação estanca, e Lula tem 28% de aprovação, diz Datafolha"

O Globo - Rio de Janeiro

"Israel bombardeia Irã, mata chefes militares e eleva risco de nova guerra"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Ministros rebatem ataques de Zema a Lula"

Correio Braziliense - Brasília

"Zoológico ficará fechado após nova suspeita de gripe aviária"

Zero Hora - Porto Alegre

"Motta diz que clima não é favorável para aumento de impostos e marca sessão para segunda"

O Povo - Ceará

"Ceará tem média de 6 mil ações judiciais contra planos de saúde por ano"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Lula defende gastos e diz não governar para 'beneficiar rico'"

## Proteção de marca na internacionalização da sua empresa



Registrar a marca em mercados-alvo é essencial para garantir exclusividade, segurança jurídica e prevenir conflitos na expansão internacional da empresa.

A importância da proteção da marca para internacionalização de sua empresa Aline Dantas Registrar a marca em mercados-alvo é essencial para garantir exclusividade, segurança jurídica e prevenir conflitos na expansão internacional da empresa. sexta-feira, 13 de junho de 2025 Atualizado em 12 de junho de 2025 13:21 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A proteção da **propriedade** industrial como subconjunto da **propriedade** intelectual, mais precisamente da marca, excepciona o princípio de liberdade e autonomia empresarial, conferindo direitos exclusivos e excludentes ao titular do direito.

Mas afinal, o que é uma marca?

A concepção de marca apenas pelos aspectos materiais tangíveis (nome, registro, imagem gráfica) e imateriais intangíveis (conjunto de valores que passam uma mensagem) não é suficiente para definir um  
abpi.empauta.com

conceito tão amplo e relevante.

A marca é uma construção contínua, que engloba posicionamento e reputação. Uma das grandes chaves para o sucesso da sua empresa.

Nesse sentido, vale destacar a relevância da proteção da marca, que tem como função identificar e diferenciar seu negócio, além de evitar que outros competidores utilizem o mesmo nome e características, aproveitando o prestígio construído por sua empresa ao longo de anos de história. Em outras palavras, trata-se de um verdadeiro instrumento de proteção legal que caminha lado a lado com a estratégia comercial da empresa.

Não é novidade que o direito de propriedade sobre a marca ocorre com o registro válido, que outorga o monopólio temporal e renovável de uso exclusivo sobre o nome, impedindo que terceiros usem marcas idênticas ou semelhantes.

Então, feito o registro, minha marca está 100% protegida?

Depende do modelo de negócio e da estratégia de expansão global da empresa.

É muito importante que sua empresa mapeie os mercados em que estará (ou pretende estar) presente, desenhando uma estratégia global para eleição dos mercados em que atuará. Isso possibilitará uma investigação prévia adequada para utilização e registro de sua marca nos territórios almejados, ou até mesmo aquisição de marcas locais existentes naquele mercado.

Ou seja, se sua empresa pretende internacionalizar a operação e expandi-la para outros territórios, o que vai conferir maior segurança jurídica à marca é registrá-la nos locais onde serão realizados atos de co-

Continuação: Proteção de marca na internacionalização da sua empresa

mércio, como fabricação, venda, exportação, importação, etc.

Parece "um bicho de sete cabeças", mas não precisa ser. Na verdade, trata-se de uma estratégia de negócio que visa prevenir uma série de possíveis problemas relacionados ao tema. Por isso, contar com uma assessoria especializada, que analisará a viabilidade de aplicação de convênios e tratados internacionais, identificando a melhor forma de efetivar o registro da marca fora do país de origem, otimizará tempo e dinheiro.

No Brasil, esse trâmite é feito pelo **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com validade nacional.

Pensando em um exemplo prático de internacionalização de uma empresa com expansão da marca para a União Europeia e tomando a Espanha como ponto de partida, a solicitação pode ocorrer da seguinte maneira:

Nacional, por meio da OEPM - Oficina Española de Patentes y **Marcas**, país por país, o que tende a elevar custos, a depender da quantidade de países nos quais se pretende registrar a marca;

União Europeia, como marca da União Europeia, por meio da EUIPO - European Union Intellectual Property Office, via um sistema unitário, válido para toda a União Europeia, o que costuma reduzir custos, considerando a amplitude de direitos em todo o território. Um ponto importante é que, caso o registro seja denegado nessa modalidade, ele pode ser convertido em marca nacional de qualquer país membro da UE;

Internacional, por meio do Sistema de **Marca** Internacional, conhecido como Protocolo de Madrid, apenas para países signatários (como o Brasil, desde 2019). O procedimento é único, simplificado e com pagamento de uma única taxa, o que economiza tempo e dinheiro.

Em resumo, estabelecido o modelo de negócio de sua empresa e a estratégia de expansão global, para conferir segurança internacional à sua marca, é preciso registrá-la nos países em que estará ou poderá estar presente, observando a classificação internacional, a função dos produtos ou serviços que se pretende comercializar ou exercer, sempre pensando nas particularidades de cada empresa.

Para isso, o melhor cenário é antecipar, na medida do possível, a solicitação de registro internacional assim que tomada a decisão de expansão global, para evitar possíveis situações indesejadas, como direitos nacionais anteriores (marcas iguais ou semelhantes já existentes nos países em que pretende expandir-se), e, após análise minuciosa e especializada do cenário ideal para a realidade de sua empresa, utilizar o melhor sistema de proteção internacional para fins de registro.

Internacionalizar sua marca e expandir sua operação de forma segura e efetiva não precisa ser um entrave burocrático, pode ser um novo step para o crescimento global de seu negócio.

Aline Dantas Advogada nas Áreas Societário, Internacional e Planejamento Patrimonial em RONALDO MARTINS & Advogados. Ronaldo Martins & Advogados

# Mercado ilegal de cigarros no Nordeste brasileiro avança e abastece o crime organizado, aponta estudo Ipec

Em 2024, quase metade dos cigarros vendidos na região eram ilegais; Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte concentram os maiores índices

SÃO PAULO, 13 de junho de 2025 /PRNewswire/ - O mais recente estudo do Ipec, encomendado pelo Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), revela um dado preocupante: o Nordeste tem a maior participação regional de cigarros ilícitos no país. Por lá, a cada 100 cigarros comercializados, 43 são ilegais - um índice que supera a média nacional (32%) e evidencia o impacto da ilegalidade na região. Essa dinâmica favorece a atuação do crime organizado, que encontra no contrabando de cigarros uma fonte de financiamento.

Entre os estados nordestinos, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte têm as maiores participações. No Maranhão, 70% dos cigarros são de origem ilícita, movimentando R\$ 356 milhões para o crime organizado em 2024 e gerando uma evasão de R\$ 111 milhões em ICMS. O Piauí e o Rio Grande do Norte aparecem logo atrás, ambos com 68% de participação do ilegal, com destaque ao Piauí, onde o comércio ilícito rendeu R\$ 135 milhões no ano.

Segundo o FNCP, o crescimento do mercado ilegal é resultado de diversos fatores, como a fragilidade das fronteiras, o poder de articulação das facções criminosas e a alta carga tributária sobre o produto legal. No Maranhão, por exemplo, o ICMS sobre o cigarro foi reajustado duas vezes em 2024, aumentando a diferença de preço entre o lícito e o ilícito.

A rota do Suriname no avanço do contrabando no NO e NE

A rota alternativa do contrabando via Suriname também impulsiona o mercado ilegal na região. O caminho marítimo tem se consolidado como uma alternativa vantajosa aos criminosos, que procuram fugir da fiscalização nas fronteiras terrestres tradicionais.

"O cigarro contrabandeado é um dos pilares financeiros dessas facções, porque tem alta demanda e baixo risco comparado a outras atividades ilícitas. Ignorar esse elo é permitir que o crime siga se fortalecendo", ressalta Edson Vismona, presidente do FNCP.

## Cenário nacional

O avanço do cigarro ilegal é reflexo da crescente estrutura do contrabando no país, que já domina 32% do mercado de cigarros, de acordo com o Ipec. O levantamento estima que o contrabando de cigarros tenha causado um prejuízo de R\$ 7,2 bilhões com evasão fiscal, apenas em 2024. Nos últimos 12 anos essa quantia chega a aproximadamente R\$ 105 bilhões.

View original content:  
<https://www.prnewswire.com/bra-a-imprensa/mercado-ilegal-de-cigarros-no-nordeste-brasileiro-avanca-e-abastece-o-crime-organizado-aponta-estudo-ipec-302480733.html>

FONTE FNCP (Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade)



# Livro retrata a OpenAI e a indústria de IA como impérios coloniais que sugam dados, água e energia

MERCADO



Sam Altman (OpenAI) em comissão do Senado dos EUA

## CIFRAS & LETRAS

Obra da jornalista Karen Hao adverte para efeitos negativos da tecnologia e defende regulação

Patrícia Campos Mello

São Paulo - Em post no blog da OpenAI em setembro de 2024, Sam Altman vaticinava que, em breve, a humanidade viverá uma "era da inteligência" e haverá "prosperidade massiva". "Triunfos impressionantes - como resolver o problema do clima, estabelecer uma colônia no espaço e descobrir tudo sobre a física - um dia serão comuns", dizia o cofundador da OpenAI.

Declarando-se profetas das tecnologias civilizatórias que resolverão todos os males da humanidade, Altman e o resto da indústria de IA estão construindo impérios que usam dados que não lhes pertencem, exploram trabalho em países pobres e su-

gam quantidades crescentes de energia e água.

Essa é a visão crítica da jornalista Karen Hao, autora do livro recém-lançado nos Estados Unidos "Empire of AI - Dreams and Nightmares in Sam Altman's OpenAI" (Império da IA - sonhos e pesadelos na OpenAI de Sam Altman). Na obra, Hao descreve a ascensão da OpenAI de Altman, ao mesmo tempo que expõe os perigos do que ela considera ser uma busca do avanço tecnológico a qualquer custo.

Hao tem uma posição privilegiada. Foi a primeira jornalista a cobrir a OpenAI - ficou "embutida" por alguns dias na companhia, acompanhando seu funcionamento, em 2019, antes mesmo da estreia pública do ChatGPT, em 2022. Como repórter, continuou seguindo os avanços da tecnologia e idas e vindas de Altman. E, antes de ser jornalista de tecnologia, ela trabalhou muitos anos no Vale do Silício como engenheira da computação.

Para a autora, as empresas de IA são como os "impérios da época do colonialismo europeu". Esses impérios de IA "extraem recursos preciosos para alimentar sua visão da inteligência artificial: o trabalho de artistas e escritores, os dados de pessoas postando sobre suas experiências e observações online, a terra, a energia e a água necessárias para abrigar e fazer funcionar data centers e computadores massivos". Além disso, exploram o trabalho de pessoas ao redor do globo para limpar, tabular e preparar os dados que serão transformados em lucrativas tecnologias de IA. A autora vai até o Quênia para retratar as condições de trabalho desses "anotadores" de dados e até o Chile para mostrar o impacto ambiental dos data centers.

Hao detalha no livro os primórdios da OpenAI como empresa sem fins lucrativos. Na época, Altman comprometeu-se com o desenvolvimento da chamada in-

Continuação: Livro retrata a OpenAI e a indústria de IA como impérios coloniais que sugam dados, água e energia

teligência artificial geral "não para ganhos financeiros dos acionistas, mas para o bem da humanidade". Ele trabalhava com um conselho de diretores com muita autonomia que precisavam zelar para que a empresa mantivesse sua missão.

Mas esses princípios começaram a ruir rapidamente e foram substituídos pelo avanço tecnológico a qualquer custo, segundo a autora. Musk, fundador da OpenAI com Altman, em 2015, rompeu com ele e passou a processá-lo. O dono da Tesla criou sua própria companhia de IA, a xAI, e alega que Altman desvirtuou os propósitos da OpenAI.

"Aceleraram maciçamente a comercialização e o uso da tecnologia, sem se proteger contra seus efeitos negativos e a forma como ela pode amplificar e explorar as divisões na nossa sociedade", diz Hao.

Para a autora, a demissão e readmissão de Altman em 2023 - quando o conselho da empresa tentou se livrar do fundador, mas teve que votar atrás - foi a prova final de que o experimento em governança sem fins lucrativos tinha fracassado.

Hao pinta um cenário preocupante sobre os rumos da IA. "Na superfície, a IA generativa é empolgante: ajuda a fazer brainstorming de ideias e a escrever; é uma companhia para bater papo tarde da noite e para espantar a solidão, uma ferramenta que, um dia, pode ser tão eficiente que vai aumentar o crescimento econômico... mas, quando se analisa mais a fundo, os modelos de IA generativa são monstruosidades construídas com quantidades inimagináveis de dados, trabalho, poder computacional e recursos naturais", diz a obra.

Ela não ignora as versões benéficas da inteligência artificial, como a que ajuda a integrar energia renovável à rede, faz previsão do tempo, auxilia na descoberta de medicamentos, identifica câncer precocemente em uma ressonância magnética.

Mas diz que essa busca do crescimento a qualquer

custo está concentrando poder nas mãos de alguns poucos no Vale do Silício.

A obra trata de outro momento importante na história da empresa, que ficou conhecido como o divórcio. Em 2021, Dario Amodei, outro papa da IA, deixou a OpenAI para fundar a Anthropic, atualmente uma das maiores concorrentes da empresa de Altman. Na época, Amodei alegou que não concordava com a negligência da OpenAI em relação aos potenciais efeitos negativos da IA.

Embora tenha defendido regulação durante um período, em uma ofensiva de relações públicas no Congresso americano, Altman rapidamente se mostrou um aceleracionista. Os aceleracionistas afirmam ser um imperativo moral desenvolver a inteligência artificial geral o mais rápido possível, sem os freios da regulação e das medidas de segurança. Tudo isso para que a humanidade possa se beneficiar o quanto antes dessa tecnologia - e a China não chegue lá primeiro. A IAG seria uma IA que possui inteligência humana.

Já Amodei é do time dos catastrofistas, que advertem para os riscos da IAG no futuro e a necessidade de evitar que ela saia do controle humano.

Hao não alivia para nenhum dos dois. Ela diz que os catastrofistas só focam os perigos de uma suposta superinteligência artificial no futuro, em vez de lidar com os danos causados atualmente pela IA - desinformação, amplificação de preconceitos, desemprego, custo ambiental, violação de **direitos** autorais.

Ela prega uma reação da sociedade para garantir que a IA irá, de fato, beneficiar a todos. Entre suas prescrições, regras robustas de privacidade de dados e transparência e atualização das proteções à propriedade intelectual para que as pessoas voltem a ter controle sobre seus dados e seu trabalho. Hao também defende a adoção de normas trabalhistas garantindo aos "anotadores de dados" salários decentes



Continuação: Livro retrata a OpenAI e a indústria de IA como impérios coloniais que sugam dados, água e energia

e condições dignas de trabalho.

}

Diante de toda a euforia que cerca a IA, o livro de Hao funciona como um antídoto contra a narrativa de que qualquer regulação ou medida de segurança vai prejudicar essa panaceia tecnológica.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 5, 15

**Pirataria**

3, 14

**Propriedade Intelectual**

12

**Marcas**

12

**Marco regulatório | INPI**

12

**Propriedade Industrial**

12